

# *Índice da Matéria*

## **TEORIA GERAL DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

### **Parte I – Noções Fundamentais**

#### **CAPÍTULO I – CONCEITO, HISTÓRIA E FONTES DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

<b>§ 1º Direito Processual Civil .....</b>	<b>3</b>
1. Noções gerais .....	3
2. Definição.....	4
3. Natureza .....	4
4. Relações com outros ramos do Direito .....	4
5. Objetivo .....	6
6. Novos rumos do direito processual civil.....	7
7. Universalidade dos problemas do processo moderno .....	8
<b>§ 2º História do Direito Processual Civil.....</b>	<b>10</b>
8. Origens .....	10
9. Evolução: mundo clássico. Grécia.....	10
10. O processo civil romano .....	11
11. Processo comum .....	12
12. O processo civil moderno (fase científica) .....	13
13. Esquema histórico-evolutivo do processo civil do século XIX ao século XXI .....	14
14. Direito processual civil brasileiro .....	15
15. Regulamento nº 737.....	15
16. Códigos estaduais.....	16
17. Códigos unitários.....	16
18. O Código de 1973 .....	17
19. As reformas do Código de 1973 e a evolução do direito processual civil.....	17
20. A constante busca da efetividade da tutela jurisdicional.....	18
21. O Código de Processo Civil de 2015 .....	20
I – Principais inovações do CPC de 2015.....	22
II – Visão geral do CPC/2015 .....	23
<b>§ 3º Fontes do Direito Processual Civil.....</b>	<b>25</b>
22. Noções gerais .....	25

23.	Lei processual .....	26
24.	A Constituição e os tratados.....	27
25.	Doutrina e jurisprudência .....	28
26.	A lei processual no tempo.....	30
27.	A lei processual no espaço .....	31
28.	Interpretação das leis processuais .....	32

## CAPÍTULO II – PRINCÍPIOS E NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL

<b>§ 4º Princípios Informativos do Direito Processual.....</b>	<b>34</b>	
29.	Noções gerais: princípios universais.....	34
30.	Princípios informativos e normas fundamentais do processo.....	37
31.	Princípio do devido processo legal .....	37
32.	Processo legal e processo justo .....	39
32-A.	Fraternidade, solidariedade e aplicação da lei no processo justo: humanização do direito .....	43
33.	Direito e processo: instrumentalidade efetiva e celeridade procedural.....	45
34.	Princípio da verdade real .....	46
35.	Princípio da recorribilidade e do duplo grau de jurisdição.....	49
36.	Princípio da oralidade .....	51
36.1.	Processo justo e oralidade.....	52
36.2.	Processo justo e humanização da prestação jurisdicional.....	53
37.	Princípio da economia processual.....	53
38.	Princípio da duração razoável do processo .....	54
39.	Princípio da eventualidade ou da preclusão.....	54
<b>§ 5º Normas fundamentais do processo civil.....</b>	<b>56</b>	
40.	Noções introdutórias .....	56
41.	Fonte imediata do direito processual civil (art. 1º).....	56
42.	Coexistência dos princípios inquisitivo e dispositivo (art. 2º).....	59
43.	Princípio da demanda .....	60
44.	Acesso à Justiça (art. 3º) .....	61
45.	Meios alternativos de composição de litígios: arbitragem (art. 3º, § 1º).....	62
46.	Meios alternativos de composição de conflitos: solução consensual (art. 3º, §§ 2º e 3º) .....	63
46.1.	Mediação obrigatória (cláusula escalonada) .....	64
47.	Duração razoável do processo e celeridade de sua tramitação (art. 4º).....	65
47.1.	Responsabilidade civil do Estado pela violação da garantia de duração razoável do processo .....	67
48.	Boa-fé (art. 5º) .....	68
49.	Princípio da cooperação (art. 6º) .....	72
50.	Princípio do processo justo e efetivo .....	75
51.	Contradictório efetivo (arts. 7º, 9º e 10) .....	75
51.1.	Contradictório e questões de fato e de direito .....	79
52.	Princípio da legalidade. Colisão de normas fundamentais (art. 8º).....	80
52.1.	Aplicação concorrente de princípio constitucional e lei comum .....	83
52.2.	Máximas da proporcionalidade e razoabilidade.....	83
53.	Boa-fé e dignidade da pessoa humana (arts. 5º e 8º) .....	86

54.	Princípios informativos da Administração Pública: princípio da eficiência (art. 8º) .....	87
54-A.	A eficiência como dinamicidade do processo e sua sistematização operacional .....	88
55.	Publicidade e fundamentação das decisões judiciais (art. 11) .....	90
55.1.	Relevância da fundamentação para o sistema de precedentes adotado pelo CPC/2015.....	91
55.2.	Dimensões da fundamentação no processo civil constitucionalizado .....	92
56.	Princípio da isonomia e repulsa ao tratamento privilegiado (art. 12) .....	94
<b>§ 6º Aplicação das normas processuais.....</b>		<b>95</b>
57.	Legislação de regência da jurisdição civil (art. 13) .....	95
58.	Legislação estadual concorrente.....	95
59.	Aplicação imediata da lei processual (art. 14).....	96
60.	Função subsidiária do Código de Processo Civil (art. 15) .....	96

### CAPÍTULO III – FUNÇÃO JURISDICIONAL

<b>§ 7º Jurisdição, processo e ação .....</b>		<b>97</b>
61.	Imperatividade da ordem jurídica .....	97
62.	Justiça privada e justiça pública .....	97
63.	As instituições básicas do sistema processual civil (jurisdição, processo e ação).....	98
<b>§ 8º Jurisdição .....</b>		<b>99</b>
64.	Jurisdição.....	99
65.	Jurisdição, função e efetividade.....	101
66.	Características da jurisdição.....	102
66-A.	A força normativa dos precedentes e a ampliação da própria função jurisdicional .....	104
67.	Imparcialidade e disponibilidade.....	105
68.	Objetivo da jurisdição .....	106
69.	Efetividade da tutela jurisdicional .....	107
70.	Princípios fundamentais .....	108
71.	Jurisdição civil .....	109
72.	Jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária.....	109
73.	Substitutivos da jurisdição .....	113
73.1.	I – Enfoque objetivo dos equivalentes jurisdicionais.....	113
73.2.	II – Enfoque subjetivo dos equivalentes jurisdicionais .....	114
74.	A evolução da jurisdição individual para a jurisdição coletiva.....	115
75.	Panorama global do aprimoramento da jurisdição na evolução do Estado de Direito..	117
<b>§ 9º Processo .....</b>		<b>120</b>
76.	Conceito .....	120
77.	A importância da definição e estabilização do objeto do processo.....	120
78.	Processo e procedimento .....	122
79.	Características do procedimento .....	124
79.1.	Procedimento como garantia das partes.....	125
80.	Autonomia do processo .....	125
81.	Espécies de processo.....	126
82.	Funções do processo.....	127
83.	Independência dos processos .....	127

84.	Tutela ordinária e tutelas diferenciadas.....	128
85.	Tutela ordinária e tutela de urgência .....	129
86.	Tutela sancionatória e tutela inibitória.....	129
87.	Pressupostos processuais.....	131
88.	Os pressupostos processuais e a nulidade do processo.....	132
<b>§ 10. Ação.....</b>		<b>135</b>
89.	O monopólio estatal da justiça.....	135
90.	A ação: direito subjetivo à prestação jurisdicional .....	135
91.	Autonomia do direito de ação .....	136
92.	A evolução do conceito de ação .....	136
93.	Prestação jurisdicional e tutela jurisdicional.....	138
93.1.	Direito à composição do litígio e direito à tutela jurisdicional.....	138
94.	A constitucionalização do direito de ação. Restauração do conceito de ação de direito material.....	139
94.1.	Redução do papel atribuído à ação no contexto do processo constitucionalizado.....	141
95.	Condições da ação .....	142
96.	Enumeração e conceituação das condições da ação.....	145
97.	Condições da ação estatuídas pelo Código de Processo Civil .....	147
	I – Interesse de agir.....	148
	II – Legitimidade de parte .....	150
	III – Legitimação extraordinária .....	150
	IV – Bilateralidade da legitimidade de parte .....	151
	V – Possibilidade jurídica do pedido .....	151
	VI – Visão unitária das condições da ação.....	152
98.	Limites temporais da apreciação das condições de ação .....	152
99.	Inter-relacionamento entre pressupostos processuais, condições da ação e mérito da causa.....	154
99.1.	Mérito da causa: objeto do processo .....	155
100.	Classificação das ações .....	156
	I – Classificação relevante .....	156
	II – Ações de cognição .....	156
	III – Ação executiva e medidas cautelares .....	158
101.	Ação e pretensão .....	158
102.	Ação e pretensão nos planos material e processual.....	159
103.	Ação e causa.....	161
104.	Elementos identificadores da causa.....	162
105.	Cumulação de ações .....	164
106.	A defesa do réu .....	164
106.1.	Legitimidade e interesse para a resposta à ação.....	165
107.	Espécies de resposta.....	166

#### CAPÍTULO IV – ELEMENTOS E EFEITOS DO PROCESSO

<b>§ 11. Elementos do processo.....</b>	<b>167</b>	
108.	Visão dinâmica e estática do processo .....	167
109.	A relação processual .....	167
110.	Classificação dos elementos do processo.....	168

<b>§ 12. Efeitos da relação processual .....</b>	<b>170</b>
111. Noções gerais.....	170
112. Direitos processuais .....	170
113. Obrigações processuais .....	170
114. Deveres processuais .....	170
115. Ônus processuais.....	170

## Parte II – Competência

### CAPÍTULO V – LIMITES DA JURISDIÇÃO NACIONAL

<b>§ 13. Noções gerais .....</b>	<b>172</b>
116. Conceito .....	172
116.1. Jurisdição e competência .....	172
117. Distribuição da competência.....	173
118. Classificação da competência .....	174
<b>§ 14. Competência internacional .....</b>	<b>175</b>
119. Noções gerais .....	175
120. Espécies de competência internacional.....	175
121. Competência concorrente e litispendência .....	177
<b>§ 15. Cooperação internacional .....</b>	<b>178</b>
122. Noções gerais.....	178
123. Modalidades de cooperação .....	179
124. Do auxílio direto .....	180
I – Auxílio direto pleiteado por autoridade estrangeira (cooperação passiva).....	180
II – Auxílio direto pleiteado por autoridade brasileira (cooperação ativa) .....	181
III – Disposições comuns .....	181
IV – Regime especial de cumprimento de decisões de Estados-Membros do Mercosul.....	181
125. Da carta rogatória .....	182
126. Das disposições comuns ao auxílio direto e à carta rogatória .....	182
126-A. Convenção de Haia sobre citação no estrangeiro .....	183
<b>§ 16. Competência interna .....</b>	<b>184</b>
127. Noções gerais.....	184
128. Competência em matéria civil.....	185
129. Competência da Justiça Federal.....	185
130. Competência das Justiças Estaduais .....	187
<b>§ 17. Critérios de determinação da competência interna.....</b>	<b>188</b>
131. Generalidades .....	188
132. Competência do foro e competência do juiz.....	189
133. Divisão da competência do foro .....	189
134. Cumulatividade de juízos competentes.....	189
135. Competência por distribuição.....	190
136. <i>Perpetuatio iurisdictionis</i> .....	190

<b>§ 18. Competência em razão do valor da causa e em razão da matéria .....</b>	<b>194</b>
137. Competência em razão do valor da causa .....	194
138. Competência em razão da matéria .....	194
<b>§ 19. Competência funcional.....</b>	<b>195</b>
139. Conceito .....	195
140. Classificação .....	195
141. Casos de competência funcional por graus de jurisdição .....	195
142. Casos de competência funcional pelo objeto do juízo .....	195
<b>§ 20. Competência territorial.....</b>	<b>196</b>
143. Conceito .....	196
144. Foro comum .....	196
145. Foros subsidiários ou supletivos .....	197
146. Foros especiais.....	197
147. Ações reais imobiliárias.....	197
148. Foro da sucessão hereditária e da ausência .....	198
149. Foro da União, dos Estados e do Distrito Federal .....	199
I – União, entidades autárquicas, empresas públicas, fundações, conselho de fiscalização de atividade profissional .....	200
II – Estados e Distrito Federal .....	201
150. Foros <i>ratione personae</i> .....	201
151. Foro das pessoas jurídicas.....	202
152. Foro dos Estados e Municípios .....	202
153. Foros <i>ratione loci</i> em matéria de obrigações .....	203
154. Foro relativo à arbitragem.....	203
155. Foro do idoso.....	204
156. Foro central e foros distritais ou regionais .....	205
<b>§ 21. Modificações da competência.....</b>	<b>207</b>
157. Competência absoluta e competência relativa .....	207
158. Prorrogação de competência .....	207
159. Prorrogação legal. Conexão e continência .....	208
160. Modalidades de conexão .....	209
161. Continência.....	210
162. Intensidade da conexão .....	210
163. Efeito prático da conexão.....	212
164. Efeito prático da continência .....	213
165. Prevenção .....	214
166. A prevenção em caso de continência de ações.....	214
167. A conexidade e a competência absoluta.....	215
168. Oportunidade da reunião das ações conexas .....	215
169. Outros casos de prorrogação legal.....	216
170. Conexão entre ação penal e ação civil .....	217
171. Prorrogação voluntária.....	219
172. Derrogação de foros especiais instituídos por leis de ordem pública .....	220
173. Prorrogação de competência em caso de foro de eleição ajustado em contrato de adesão .....	221
174. Prorrogação de competência no âmbito da Justiça Federal .....	222

<b>§ 22. Declaração de incompetência.....</b>	<b>223</b>
175. Verificação de competência .....	223
176. Alegação de incompetência .....	223
177. Foro de eleição e declinação de competência.....	225
<b>§ 23. Conflito de competência.....</b>	<b>227</b>
178. Noções gerais .....	227
179. Conflito de competência e arguição incidental de incompetência.....	228
180. Procedimento do conflito .....	228
181. Efeitos do conflito .....	229
<b>§ 24. Cooperação nacional .....</b>	<b>231</b>
182. Noções gerais.....	231

### Parte III – Sujeitos do Processo

#### CAPÍTULO VI – PARTES E PROCURADORES

<b>§ 25. Partes.....</b>	<b>233</b>
183. Partes .....	233
184. Nomenclatura .....	234
I – Processo de conhecimento .....	234
II – Processo de execução .....	234
III – Tutela provisória: as partes são tratadas como requerente e requerido.....	234
IV – Nos procedimentos de jurisdição voluntária: não há partes, mas apenas interessados.....	234
185. Substituição processual .....	234
186. Sucessão de parte e alienação do bem litigioso.....	236
187. Capacidade processual .....	237
I – Capacidade de ser parte .....	237
II – Capacidade postulatória. Advogado .....	238
III – Assistência judiciária gratuita .....	239
188. Massas patrimoniais personalizadas .....	239
189. Capacidade processual das pessoas casadas.....	239
I – Capacidade ativa .....	239
II – Capacidade passiva .....	241
III – Ações possessórias .....	242
IV – Ações contraídas a benefício da família.....	242
V – A união estável.....	242
190. Curatela especial.....	242
191. Representação das pessoas jurídicas e das pessoas formais .....	243
192. Incapacidade processual e irregularidade de representação .....	245
<b>§ 26. Deveres e direitos das partes e procuradores.....</b>	<b>247</b>
193. Deveres .....	247
194. Ato atentatório à dignidade da justiça.....	249
I – Condutas qualificadas como atentatórias à dignidade da justiça.....	249
II – Punição por ato atentatório à dignidade da justiça .....	250

III – Repressão à inovação ilegal no estado de fato de bem ou direito litigioso.....	251
IV – Execução das multas aplicadas em razão do atentado à dignidade da justiça.....	251
195. Responsabilidade das partes por dano processual.....	251
I – Indenização.....	252
II – Multa .....	253
III – Honorários advocatícios e despesas da parte prejudicada .....	254
196. Direitos .....	254
197. Direito especial dos litigantes idosos e portadores de doenças graves .....	254
197-A. Tutela especial das vítimas de violência doméstica .....	255
<b>§ 27. Despesas e multas .....</b>	<b>256</b>
198. Ónus financeiro do processo .....	256
199. Antecipação das despesas .....	256
200. Autor residente fora do Brasil ( <i>cautio pro expensis</i> ) .....	258
201. A sucumbência e as obrigações financeiras do processo.....	258
202. Ressalvas aos efeitos da sucumbência .....	259
203. Extinção do processo por perda do objeto .....	260
204. Sucumbência recíproca .....	261
205. Realização da obrigação de pagar as despesas processuais .....	261
206. Multas .....	262
207. Honorários de advogado .....	262
208. Honorários sucumbenciais e direito autônomo do advogado .....	262
209. Inclusão dos honorários advocatícios no resarcimento de perdas e danos .....	263
210. Honorários do curador especial.....	264
211. Cabimento da verba sucumbencial de honorários .....	265
I – Honorários nas execuções embargadas .....	266
II – Honorários nas exceções de pré-executividade.....	266
III – Honorários no cumprimento de sentença.....	267
IV – Honorários nos recursos.....	268
V – Honorários dos advogados públicos.....	269
VI – Honorários em ação com pedidos alternativos ou sucessivos .....	269
VII – Honorários nos procedimentos de jurisdição voluntária .....	270
VIII – Honorários em homologação de decisão estrangeira .....	270
212. Inoperância da sucumbência.....	270
213. Fixação dos honorários .....	271
214. Critérios de fixação de honorários nas ações de que participe a Fazenda Pública .....	272
214-A. Dispensa de condenação da Fazenda Nacional em honorários sucumbenciais.....	274
214-B. Direito intertemporal em matéria de honorários de sucumbência.....	274
215. Alguns casos especiais de fixação de honorários.....	275
216. Execução dos honorários de sucumbência.....	276
217. Exigência dos honorários sucumbenciais e encargos moratórios .....	277
218. Assistência judiciária (gratuidade da justiça).....	277
219. Assistência judiciária e atos notariais ou registrais.....	279
220. Procedimento para obtenção da assistência judiciária .....	280
221. Regime especial de intimação da Defensoria Pública.....	280
222. Revogação do benefício.....	281

<b>§ 28. Advogados.....</b>	<b>282</b>
223. Capacidade de postulação.....	282
224. O mandato judicial .....	282
225. Revogação e renúncia do mandato.....	283
226. Direitos e deveres .....	283
I – Deveres do advogado .....	283
II – Direitos do advogado.....	284
III – Direitos acrescidos pela Lei 13.363/2016.....	284
<b>§ 29. Sucessão das partes e dos procuradores .....</b>	<b>286</b>
227. Sucessão de parte .....	286
I – Sucessão <i>inter vivos</i> .....	286
II – Sucessão universal.....	287
228. Sucessão do advogado .....	287
 CAPÍTULO VII – PLURALIDADE DE PARTES	
<b>§ 30. Litisconsórcio.....</b>	<b>289</b>
229. Pluralidade de partes .....	289
230. Classificações.....	289
231. Espécies de litisconsórcio.....	290
232. Sistema do Código .....	291
233. Casos legais de litisconsórcio .....	292
I – Comunhão de direitos ou obrigações .....	292
II – Conexão pelo pedido ou pela causa de pedir .....	292
III – Afinidade de questões por um ponto comum de fato ou de direito .....	293
234. Litisconsórcio necessário e litisconsórcio unitário.....	293
235. Precisão do sistema litisconsorcial instituído pelo Código atual .....	293
236. Litisconsórcio necessário ativo e passivo .....	295
236-A. Um caso de litisconsórcio facultativo não unitário: a responsabilidade dos pais por atos danosos dos filhos menores.....	295
237. Mobilidade da posição processual do litisconorte necessário .....	296
238. Litisconsórcio necessário não observado na propositura da ação.....	298
239. Citação do litisconorte necessário ordenada pelo juiz .....	299
240. Litisconsórcio facultativo unitário.....	300
241. Litisconsórcio facultativo recusável.....	300
242. Posição de cada litisconorte no processo .....	301
243. Autonomia dos litisconsortes para os atos processuais .....	303
243-A. Litisconsórcio e coisa julgada .....	304
<b>§ 31. Intervenção de terceiros .....</b>	<b>305</b>
244. Conceito .....	305
245. Classificações .....	305
I – Conforme o terceiro vise ampliar ou modificar subjetivamente a relação processual, a intervenção pode ser .....	305
II – Conforme a iniciativa da medida, a intervenção pode ser .....	305
<b>§ 32. Assistência.....</b>	<b>307</b>
246. Conceito .....	307

247.	Pressupostos da intervenção.....	307
248.	Assistência simples e assistência litisconsorcial.....	308
249.	Cabimento e oportunidade da intervenção assistencial .....	310
250.	Procedimento .....	310
251.	Poderes e ônus processuais do assistente simples e litisconsorcial.....	311
252.	Encargos do assistente e limites de sua atuação.....	312
253.	Recursos .....	313
254.	A assistência e a coisa julgada .....	314
255.	Assistência provocada .....	315
256.	Assistência atípica ou negociada.....	316
257.	Assistência de legitimado coletivo em ação de natureza individual .....	316
258.	O recurso de terceiro prejudicado .....	317
<b>§ 33. Denunciação da lide .....</b>		<b>320</b>
259.	Conceito .....	320
260.	Denunciação da lide em outros sistemas jurídicos.....	321
261.	Responsabilidade civil do Estado e direito regressivo contra o funcionário causador do dano .....	322
262.	Obrigatoriedade da denunciação da lide .....	324
263.	Casos de não cabimento da denunciação da lide.....	324
264.	Objetivo do incidente .....	325
265.	Legitimação.....	325
266.	Procedimento .....	325
	I – Denunciação feita pelo autor.....	325
	II – Denunciação feita pelo réu.....	326
267.	Efeitos da denunciação da lide .....	327
268.	Cumprimento da sentença que acolhe a denunciação.....	328
269.	Recursos .....	329
270.	Execução da sentença .....	329
271.	Denunciações sucessivas .....	330
<b>§ 34. Chamamento ao processo.....</b>		<b>334</b>
272.	Conceito .....	334
273.	Casos de admissibilidade do incidente .....	334
274.	Procedimento .....	335
275.	Chamamento ao processo nas ações do consumidor.....	336
276.	O chamamento ao processo em caso de seguro de responsabilidade civil.....	336
<b>§ 35. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica .....</b>		<b>339</b>
277.	A desconsideração da personalidade jurídica.....	339
	277.1. Inovações do art. 50 do Código Civil, introduzidas pela Lei 13.874/2019.....	341
278.	A desconsideração inversa da personalidade jurídica .....	342
279.	Procedimento do incidente de desconsideração da personalidade jurídica .....	343
	I – Desconsideração requerida com a petição inicial .....	344
	II – Desconsideração requerida como incidente.....	344
	III – Desconsideração requerida em execução ou no cumprimento de sentença .....	344
	IV – Redirecionamento da execução fiscal .....	345
	V – O incidente instaurado perante tribunal.....	345

280.	Efeitos da desconsideração da personalidade jurídica.....	346
281.	Prevenção contra a fraude .....	347
§ 36.	<i>Amicus curiae</i> .....	<b>349</b>
282.	Conceito .....	349
283.	Natureza jurídica.....	350
284.	Procedimento da intervenção .....	351
	I – Requisitos para a intervenção .....	351
	II – Quem pode atuar como <i>amicus curiae</i> .....	351
	III – Prazo e oportunidade para a manifestação .....	353
	IV – Casos de cabimento da intervenção do <i>amicus curiae</i> .....	353
	V – Representação por meio de advogado.....	354
285.	Poderes do <i>amicus curiae</i> .....	354
286.	Deslocamento de competência.....	355
287.	Custas e honorários processuais .....	355

## CAPÍTULO VIII – DO JUIZ E DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA

§ 37.	<b>Organização judiciária .....</b>	<b>356</b>
288.	O Poder Judiciário brasileiro.....	356
289.	Duplo grau de jurisdição.....	358
290.	Jurisdição extraordinária .....	358
291.	Competência.....	359
292.	Disciplina da magistratura.....	359
§ 38.	<b>Órgãos judiciários.....</b>	<b>361</b>
293.	Juízes .....	361
294.	Requisitos de atuação do juiz .....	361
	294.1. Limites necessários à independência do juiz .....	362
295.	Garantias da magistratura.....	362
296.	Poderes e deveres procedimentais do juiz .....	363
	I – Enumeração legal .....	363
	II – Tratamento isonômico das partes .....	364
	III – Duração razoável do processo.....	365
	IV – Irrecusabilidade da tutela jurisdicional .....	365
	V – Estímulo à autocomposição .....	365
	VI – Prevenção ou repressão às ofensas à dignidade da justiça .....	365
	VII – Amplitude e atipicidade das medidas de coerção para assegurar o cumprimento das decisões judiciais .....	365
	VIII – Força policial .....	367
	IX – Adequação procedural .....	367
	X – Poder instrutório do juiz .....	368
	XI – Primazia do julgamento de mérito .....	368
	XII – Demandas repetitivas.....	368
	XIII – Gerenciamento do processo .....	368
297.	Outros poderes e deveres do juiz, no plano decisório .....	368
298.	Atividade criativa do juiz .....	370
299.	Uma advertência sobre o garantismo processual e o ativismo judicial.....	370

300.	Responsabilidade do juiz .....	373
301.	Garantia de imparcialidade do juiz.....	373
302.	Casuísmo legal.....	373
	I – Casos de impedimento do juiz.....	373
	II – Casos de suspeição do juiz .....	374
303.	Juiz-testemunha .....	375
304.	Exclusão do juiz suspeito ou impedido.....	375
305.	Procedimento da alegação de impedimento e de suspeição .....	376
	I – Pedido de afastamento do juiz .....	376
	II – Respostas do magistrado .....	376
	III – Apreciação e julgamento do incidente .....	377
306.	Impedimento ou suspeição de outros sujeitos processuais .....	378
<b>§ 39. Auxiliares da justiça.....</b>		<b>380</b>
307.	O juízo .....	380
308.	Escrivão ou chefe de secretaria .....	380
	I – Atribuições do escrivão ou chefe de secretaria .....	380
	II – Cronologia das publicações e pronunciamentos judiciais .....	381
	III – Forma e conteúdo dos atos processuais .....	381
	IV – Responsabilidade civil do escrivão e do chefe de secretaria .....	381
	V – Impedimento do escrivão.....	382
309.	Oficial de justiça.....	382
310.	Perito.....	383
	I – Nomeação pelo juiz .....	383
	II – Aceitação e execução do encargo pelo perito .....	384
	III – Cadastro local dos peritos.....	384
	IV – Remuneração do perito.....	384
	V – Responsabilidade civil do perito .....	384
311.	Depositário e administrador .....	384
312.	Intérprete e tradutor .....	385
313.	Dos conciliadores e mediadores judiciais.....	386
	I – O papel da conciliação e da mediação no processo civil .....	386
	II – Distinção legal entre conciliador e mediador.....	387
	III – Mediação (CPC/2015, art. 165, § 3º; Lei n. 13.140/2015, art. 1º, parágrafo único).....	387
	IV – Conciliação (CPC/2015, art. 165, § 2º) .....	388
	V – Solução consensual e renúncia a direitos .....	388
	VI – Escolha do método consensual a utilizar.....	389
	VII – Outros meios alternativos de resolução de conflitos com interferência de terceiro....	390
	VIII – A Lei n. 13.140/2015 e o CPC/2015 .....	391
	IX – A conciliação e a mediação durante o processo.....	391
	X – Princípios informadores da conciliação e mediação, elencados pelo CPC/2015 e pela Lei n. 13.140/2015 .....	392
	XI – Centros Judiciários de Solução Consensual de Conflitos.....	394
	XII – Centros de conciliação extrajudiciais .....	394
	XIII – Câmaras de Mediação e Conciliação da Administração Pública .....	394
	XIV – Capacitação e remuneração dos conciliadores e mediadores .....	395
	XV – Impedimento e impossibilidade temporária do exercício da função .....	395

XVI – Escolha dos conciliadores e mediadores pelas partes .....	396
XVII – Cadastro dos conciliadores e mediadores .....	396
314. Outros auxiliares eventuais.....	397

## CAPÍTULO IX – SUJEITOS ESPECIAIS DO PROCESSO

<b>§ 40. O Ministério Públco .....</b>	<b>398</b>
315. Conceito .....	398
316. Funções.....	398
316.1. Funções de <i>custos legis</i> , segundo o Conselho Nacional do Ministério Públco.	400
317. Natureza .....	401
318. Ministério Públco como parte .....	401
319. Ministério Públco como <i>custos legis</i> .....	402
320. Ausência do Ministério Públco no processo.....	403
321. Órgãos do Ministério Públco .....	403
322. Princípios e garantias.....	403
323. Responsabilidade civil dos membros do Ministério Públco .....	405
<b>§ 41. Da advocacia públca .....</b>	<b>406</b>
324. Conceito, funções e prerrogativas.....	406
325. Responsabilidade civil dos membros da Advocacia Públca dos entes federados.....	406
<b>§ 42. Da defensoria públca .....</b>	<b>407</b>
326. Conceito, funções e prerrogativas.....	407
327. Responsabilidade civil dos membros da Defensoria Públca.....	407

## Parte IV – Atos Processuais

### CAPÍTULO X – FATOS JURÍDICOS PROCESSUAIS

<b>§ 43. Atos processuais.....</b>	<b>409</b>
328. Conceito .....	409
329. Características e natureza dos atos processuais .....	410
330. Agentes .....	411
331. Atos do processo e atos do procedimento .....	412
332. Classificação dos atos processuais .....	412
333. Forma dos atos processuais .....	413
334. Publicidade .....	415
335. Meios de expressão .....	415
336. Os negócios jurídicos processuais .....	416
I – Noções gerais.....	416
II – Limites da negociabilidade procedural .....	418
III – O controle judicial em torno dos limites do negócio processual .....	419
IV – O negócio processual e o direito público.....	421
337. Calendário para a prática de atos processuais.....	422
338. O uso de sistema de transmissão de dados. Fac-símile ou outro similar .....	422
339. O grande programa de implantação do processo eletrônico no Brasil.....	424
340. A prática eletrônica de atos processuais no atual Código de Processo Civil .....	426

340.1.	O Governo Digital de acordo com a Lei nº 14.129/2021.....	427
340.2.	Regulamentação unificadora de atos processuais eletrônicos em todo o território nacional baixada pelo CNJ.....	427
341.	O processo eletrônico nos Tribunais Superiores.....	428
	I – Supremo Tribunal Federal .....	428
	II – Superior Tribunal de Justiça.....	430
	III – Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais.....	430
<b>§ 44. Atos da parte .....</b>		<b>432</b>
342.	Conceito e classificação.....	432
343.	Eficácia dos atos das partes.....	433
344.	Petições e autos suplementares.....	433
345.	Cotas marginais e interlineares nos autos.....	434
<b>§ 45. Atos do juiz .....</b>		<b>435</b>
346.	Atividade processual do juiz.....	435
347.	Atos decisórios .....	435
348.	Definições legais.....	436
349.	Decisão interlocutória .....	438
350.	Despachos .....	439
351.	Sentença .....	440
352.	Atos não decisórios .....	442
353.	Forma dos atos decisórios.....	442
<b>§ 46. Atos do escrivão ou do chefe de secretaria .....</b>		<b>444</b>
354.	Documentação e comunicação dos atos processuais .....	444
355.	Autuação .....	445
356.	Termos processuais.....	445
357.	Forma dos termos .....	445
<b>CAPÍTULO XI – O ATO PROCESSUAL NO TEMPO E NO ESPAÇO</b>		
<b>§ 47. O tempo e o lugar dos atos processuais.....</b>		<b>447</b>
358.	O tempo.....	447
359.	Feriados e férias forenses .....	448
360.	Processos que correm nas férias.....	449
361.	Férias e recesso forense .....	450
362.	O lugar .....	450
<b>§ 48. Prazos.....</b>		<b>452</b>
363.	Disposições gerais .....	452
364.	Classificação .....	452
365.	Natureza dos prazos.....	453
366.	Interpretação e aplicação das regras sobre prazo.....	454
367.	O curso dos prazos.....	454
368.	Contagem dos prazos: termo inicial.....	457
	I – Fixação do <i>dies a quo</i> da contagem dos prazos processuais.....	458
	II – Intimação feita pela imprensa.....	459
	III – Intimação feita durante o recesso natalino ou férias forenses .....	460
	IV – Hermenêutica.....	460

369.	Contagem dos prazos no processo eletrônico .....	460
370.	Prazos para recurso.....	461
371.	Ciência inequívoca.....	463
372.	Termo final.....	464
373.	Preclusão .....	464
374.	Prazos para as partes.....	465
	I – Regra básica .....	465
	II – Prazo geral.....	465
	III – Renúncia .....	465
	IV – Litisconsortes.....	465
	V – Prazo mínimo de obrigatoriedade de comparecimento.....	466
375.	Prazos para o juiz e seus auxiliares .....	466
376.	Prazos para o Ministério Público, Fazenda Pública e Defensoria Pública .....	467
	I – Ministério Público e Fazenda Pública.....	467
	II – Defensoria Pública .....	467
	III – Disposição comum .....	467
377.	Verificação dos prazos e penalidades: prazos dos serventuários.....	468
378.	Inobservância de prazo da parte .....	468
	I – Regra geral .....	468
	II – Sanções.....	468
379.	Inobservância dos prazos do juiz.....	468

## CAPÍTULO XII – O INTERCÂMBIO PROCESSUAL

<b>§ 49. Atos de comunicação processual e atos fora da circunscrição territorial do juízo .....</b>	<b>470</b>	
380.	Intercâmbio processual .....	470
381.	Forma dos atos de comunicação .....	470
382.	A comunicação eletrônica.....	470
383.	Atos processuais fora dos limites territoriais do juízo: cartas de ordem, precatórias e rogatórias.....	471
384.	Requisitos das cartas.....	471
385.	Cumprimento das cartas .....	472
386.	Cartas urgentes .....	473
387.	Custas nas cartas .....	474
388.	Cartas rogatórias .....	474
<b>§ 50. Citação .....</b>	<b>475</b>	
389.	Conceito .....	475
390.	Suprimento da citação .....	475
391.	Destinatário da citação inicial .....	477
	I – Citação feita a mandatário, administrador, preposto ou gerente .....	477
	II – Citação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios .....	478
	III – Citando impossibilitado de receber a citação .....	478
392.	Local da citação .....	478
393.	Impedimento legal de realização da citação .....	479
394.	Modos de realizar a citação .....	479
395.	Citação por meio eletrônico .....	479
396.	Citação pelo correio.....	481

397.	Citação por oficial de justiça .....	482
397-A.	Citação por carta precatória, rogatória ou de ordem .....	483
397-B.	Citação com hora certa .....	484
	I – Cabimento e requisitos.....	484
	II – Procedimento da citação com hora certa.....	484
398.	Citação pelo escrivão ou chefe de secretaria .....	485
399.	Citação por edital .....	486
	I – Procedimento-edital.....	486
	II – Requisitos de validade da citação por edital .....	487
400.	Responsabilidade do promovente da citação-edital.....	487
401.	Efeitos da citação.....	488
402.	Litispendência .....	489
403.	Litigiosidade .....	489
404.	Mora.....	490
405.	Prescrição .....	490
406.	Antecipação do efeito interruptivo da prescrição.....	492
406-A.	Eficácia subjetiva da interrupção da prescrição.....	492
406-B.	Uma distinção necessária em matéria de interrupção prescricional em decorrência de exercício do direito de ação .....	493
406-C.	Falta ou nulidade da citação .....	494
406-D.	Regime especial de interrupção da prescrição nas execuções fiscais.....	495
407.	A força de interpelação reconhecida à citação .....	496
<b>§ 51. Intimações.....</b>		<b>497</b>
408.	Conceito .....	497
409.	Forma.....	497
	I – Intimações realizadas pelo órgão oficial .....	497
	II – Intimação realizada pela retirada dos autos do cartório .....	499
	III – Intimação realizada à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.....	499
	IV – Intimação do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Advocacia Pública .....	499
	V – Preferência da intimação eletrônica.....	500
	VI – Inviabilidade da intimação por meio eletrônico e inexistência de publicação em órgão oficial .....	501
	VII – Dispensabilidade da intimação do advogado .....	502
	VIII – Arguição de nulidade da intimação .....	502
	IX – Intimação pessoal à parte.....	502
410.	Intimação pelo escrivão ou oficial de justiça.....	502
411.	Aperfeiçoamento da intimação .....	503
412.	Intimação em audiência.....	505
412-A.	Intimação eletrônica .....	505
413.	Intimação por edital ou com hora certa.....	506
414.	Efeitos da intimação .....	506

### CAPÍTULO XIII – INVALIDADE DOS ATOS PROCESSUAIS

<b>§ 52. Nulidade.....</b>		<b>507</b>
415.	Conceito .....	507
416.	Espécies de vícios do ato processual.....	507

417.	Atos inexistentes.....	508
418.	Noção de nulidade .....	508
419.	Atos absolutamente nulos .....	508
420.	Atos relativamente nulos.....	509
421.	Nulidade do processo e nulidade do ato processual.....	510
422.	Sistema de nulidades do Código .....	510
423.	Nulidades cominadas pelo Código.....	512
424.	Nulidades da citação e intimação .....	512
425.	Arguição das nulidades .....	513
426.	Momento da arguição.....	513
427.	Decretação de nulidade.....	514
428.	Efeitos da decretação .....	514

#### CAPÍTULO XIV – OUTROS ATOS PROCESSUAIS

<b>§ 53. Registro, distribuição e valor da causa.....</b>	<b>516</b>	
429.	Noções introdutórias .....	516
430.	Registro.....	516
431.	Distribuição .....	516
432.	Distribuição por dependência.....	517
433.	Distribuição por dependência como medida de coibição à má-fé processual.....	518
434.	Valor da causa.....	521
435.	Impugnação ao valor da causa .....	523
	I – Decisão pelo juiz sobre impugnação da parte.....	523
	II – Correção do valor da causa de ofício pelo juiz.....	523

#### Parte V – Tutela Provisória

##### CAPÍTULO XV – TUTELA DE URGÊNCIA E TUTELA DA EVIDÊNCIA

<b>§ 54. Noções gerais .....</b>	<b>525</b>	
436.	Introdução.....	525
437.	Tutelas de urgência e da evidência .....	526
438.	Tentativa doutrinária de fixar uma unidade ontológica entre todas as tutelas sumárias provisórias.....	527
439.	A abolição da ação cautelar .....	529
440.	A visão unitária da tutela de urgência.....	529
441.	Da fungibilidade à unificação das tutelas de urgência.....	530
442.	Traços comuns entre a tutela de urgência e a tutela da evidência .....	531
442-A.	Modificação e revogação da medida provisória .....	532
442-B.	Fundamentos do pedido de revogação ou modificação da tutela provisória .....	533
442-C.	Casos especiais de extinção da tutela de urgência decretada em caráter antecedente....	534
443.	Regras comuns a todas as tutelas provisórias.....	534

##### CAPÍTULO XVI – TUTELAS DE URGÊNCIA (I)

<b>§ 55. Classificação, características, requisitos, iniciativa, forma e conteúdo .....</b>	<b>536</b>	
444.	Classificação das tutelas provisórias cautelares.....	536

445.	Requisitos da tutela provisória de urgência.....	537
446.	<i>O fumus boni iuris</i> .....	537
447.	<i>O periculum in mora</i> .....	538
448.	Reversibilidade .....	539
449.	Perigo de dano reverso .....	540
450.	Fungibilidade das tutelas de urgência .....	541
451.	Necessidade de fundamentação adequada .....	541
452.	Medida liminar <i>inaudita altera parte</i> .....	542
453.	Limitações especiais às liminares contra atos do Poder Público .....	543
454.	Comprovação dos requisitos da medida liminar.....	543
455.	Distinção entre liminar e medida de urgência.....	544
456.	Liminar nem sempre corresponde à cautelariedade .....	545
456-A.	Medidas cautelares e liminar em defesa do erário: ação executiva fiscal, ação de improbidade administrativa e ação anticorrupção .....	547
	I – Créditos fiscais (Dívida Ativa) .....	547
	II – Improbidade administrativa .....	548
	III – Indisponibilidade administrativa (Lei nº 13.606/2018).....	549
	IV – Lei Anticorrupção: Processo administrativo de responsabilização (PRA). Medida cautelar judicial.....	549
457.	Contracautela.....	551
458.	Oportunidade da tutela de urgência.....	552
459.	Iniciativa da tutela de urgência e da evidência.....	552
460.	Medidas cautelares nominadas e medidas cautelares inominadas.....	553
461.	Poder discricionário na tutela de urgência genérica .....	554
462.	Forma e conteúdo das tutelas de urgência.....	555
463.	A discricionariedade do poder geral de prevenção e a escolha da medida.....	555
464.	Aplicação prática de medidas inominadas .....	556
465.	Limites do poder geral de cautela .....	557

## CAPÍTULO XVII – TUTELAS DE URGÊNCIA (II)

<b>§ 56. Competência e procedimentos da tutela de urgência .....</b>	<b>560</b>	
466.	Competência.....	560
	I – Justiça comum .....	560
	II – Juízo arbitral.....	563
467.	Os procedimentos das tutelas de urgência.....	563
468.	Tutela de urgência incidental.....	564
469.	Tutela de urgência antecedente .....	564
<b>§ 57. Competência e procedimentos da tutela de urgência conservativa antecedente .....</b>	<b>566</b>	
470.	Petição inicial.....	566
471.	Lide e seu fundamento .....	566
472.	Exposição sumária do direito que se visa assegurar.....	566
473.	Perigo na demora de prestação da tutela jurisdicional .....	566
474.	Outros requisitos da petição inicial.....	567
475.	Despacho da petição inicial e a citação do réu.....	567
476.	A defesa do réu.....	567

477.	Prazo para o autor deduzir o pedido principal .....	569
478.	Inobservância do prazo de dedução do pedido principal .....	569
479.	Indeferimento da medida: dedução do pedido principal e possibilidade de formação de coisa julgada .....	570
	I – Dedução do pedido principal em caso de indeferimento da medida.....	570
	II – Indeferimento por decadência ou prescrição .....	570
480.	Procedimento de dedução do pedido principal.....	570
481.	Impossibilidade de renovar a medida conservativa que perdeu a eficácia.....	571
<b>§ 58. Procedimento da tutela de urgência satisfativa antecedente .....</b>		<b>573</b>
482.	Reafirmação da distinção entre tutela satisfativa e tutela conservativa .....	573
483.	Legitimação.....	574
484.	Processos que comportam a antecipação de tutela satisfativa .....	575
485.	Antecipação de tutela satisfativa e as diversas modalidades de sentença de mérito .....	576
486.	Tutela de urgência satisfativa: procedimento especial dos arts. 303 e 304 do CPC/2015 .....	581
487.	Detalhamento do procedimento destinado a obter possível estabilização da medida satisfativa .....	581
	I – Petição inicial .....	581
	II – Valor da causa .....	582
	III – Procedimento .....	582
	IV – Citação e audiência.....	583
	V – Posição adotada pela 3 <sup>a</sup> Turma do STJ .....	585
487-A.	Justificação da estabilização da medida satisfativa urgente sem contraditório .....	585
488.	Defesa do sujeito passivo da medida de urgência satisfativa antecedente.....	586
489.	Pedido de reconsideração .....	587
490.	Esquema do procedimento da tutela urgente satisfativa antecedente, no rito adequado à estabilização da medida provisória.....	588
491.	Esquema do procedimento da tutela urgente satisfativa antecedente sem a perspectiva de estabilização da medida liminar .....	588
<b>§ 59. Estabilização da tutela de urgência satisfativa antecedente.....</b>		<b>592</b>
491-A.	Advertência sobre a correta compreensão e adequada aplicação da técnica de estabilização da medida satisfativa antecipada.....	592
492.	O sistema de estabilização adotado pelo Código de 2015 .....	595
493.	Propositura da ação principal depois de ocorrida a estabilização da tutela provisória satisfativa.....	597
494.	Prazo para ajuizamento da ação de cognição plena .....	597
<b>§ 60. Normas comuns às tutelas urgentes .....</b>		<b>599</b>
495.	Extinção das tutelas de urgência antecedentes.....	599
496.	Responsabilidade civil pela tutela de urgência.....	599

## CAPÍTULO XVIII – TUTELA DA EVIDÊNCIA

<b>§ 61. Regime particular da tutela da evidência.....</b>		<b>602</b>
497.	Tutela da evidência .....	602
498.	Oportunidade e conteúdo da tutela da evidência.....	602
	I – Concessão em liminar .....	603

II – Concessão incidental .....	603
III – Conteúdo da medida .....	603
IV – Fungibilidade.....	604
V – Tutela da evidência e julgamento antecipado do mérito.....	604
499. Legitimação.....	605
500. O casuísmo legal da tutela da evidência.....	605

### Capítulo XIX – FORÇA DAS MEDIDAS PROVISÓRIAS

<b>§ 62. Decisão e cumprimento das medidas provisórias .....</b>	<b>610</b>
501. Julgamento da pretensão à tutela provisória .....	610
502. Cumprimento das medidas de urgência .....	610
503. Mandamentalidade das medidas de tutela sumária .....	613
504. Execução das medidas urgentes satisfativas .....	614
505. Execução das medidas definidas com base na tutela da evidência .....	614
506. Provisoriedade do cumprimento de todas as decisões deferidoras das tutelas sumárias.....	615

### Capítulo XX – MEDIDAS CAUTELARES NOMINADAS

<b>§ 63. Regime do CPC/2015.....</b>	<b>616</b>
507. Introdução.....	616
508. Arresto .....	616
509. Sequestro .....	617
510. Arresto e sequestro .....	617
511. Arrolamento de bens .....	617
512. Registro de protesto contra alienação de bens.....	618
513. Outras medidas cautelares tradicionais .....	619
I – Caução.....	619
II – Depósito preparatório de ação.....	621
III – Busca e apreensão .....	621
IV – Atentado.....	621
V – Medidas provisionais diversas .....	622

## Parte VI – Instauração, Crise e Fim do Processo

### Capítulo XXI – FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO

<b>§ 64. Introdução .....</b>	<b>623</b>
514. Noções gerais .....	623
<b>§ 65. Formação do processo .....</b>	<b>624</b>
515. O processo.....	624
516. Sujeitos da relação jurídico-processual .....	624
517. Início do processo .....	625
518. Formação gradual da relação processual .....	626
519. Estabilização do processo.....	626
520. Alteração do pedido .....	627

521.	Alterações subjetivas.....	628
521.1.	Alienação do bem litigioso .....	629
<b>§ 66. Suspensão do processo.....</b>		<b>630</b>
522.	Conceito .....	630
523.	Os casos de suspensão do processo .....	630
524.	Suspensão por morte ou perda de capacidade processual.....	631
	I – Morte de qualquer das partes.....	631
	II – Dissolução ou extinção de pessoa jurídica.....	632
	III – Perda de capacidade das partes.....	632
	IV – Morte ou perda da capacidade do advogado de qualquer das partes .....	632
525.	Suspensão por convenção das partes.....	632
526.	Suspensão em razão de arguição de impedimento ou suspeição do juiz .....	633
527.	Suspensão por prejudicialidade .....	633
528.	Prejudicialidade e conexão .....	634
529.	Suspensão pela admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas.....	635
530.	Suspensão pela discussão em juízo de questão decorrente de acidentes e fatos da navegação da competência do tribunal marítimo .....	635
531.	Suspensão por motivo de força maior.....	635
532.	Outros casos legais de suspensão.....	636
532-A.	Suspensão por motivo de parto ou concessão de adoção .....	636
532-B.	Suspensão por motivo de o advogado tornar-se pai .....	636
533.	Férias e suspensão do processo .....	637
534.	Suspensão por necessidade de verificação de fato delituoso na justiça criminal .....	637
<b>§ 67. Extinção do processo .....</b>		<b>638</b>
535.	Encerramento da relação processual.....	638
536.	Sentenças definitivas e terminativas.....	638

## PARTE ESPECIAL – PROCESSO DE CONHECIMENTO

### Parte VII – Processo e Procedimento

#### CAPÍTULO XXII – PROCEDIMENTO COMUM E PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

<b>§ 68. Processo e procedimentos de cognição .....</b>	<b>641</b>	
537.	Processo.....	641
538.	Procedimento .....	642
539.	Procedimentos no processo de cognição .....	642
540.	Procedimentos especiais: jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária .....	643
541.	Esquema do procedimento comum .....	644
542.	Fases do procedimento comum .....	644
543.	Fase postulatória .....	645
544.	Fase saneadora.....	645
545.	Fase instrutória.....	645
546.	Fase decisória.....	646
547.	Adequação do procedimento .....	646

§ 69. Procedimento sumário .....	649
----------------------------------	-----

## Parte VIII – Procedimento Comum

### CAPÍTULO XXIII – FASE DE POSTULAÇÃO

§ 70. Petição inicial.....	650
560. Fases do procedimento comum .....	650
561. Petição inicial.....	651
562. Requisitos da petição inicial .....	652
563. Despacho da petição inicial.....	654
564. Casos de indeferimento da petição inicial.....	656
565. Extensão do indeferimento.....	657
566. Improcedência liminar do pedido .....	657
I – Pedido contrário a súmula do STF ou STJ; acórdão proferido pelo STF ou STJ firmado em julgamento de recurso repetitivo; entendimento firmado em incidente de resolução de demanda repetitiva ou assunção de competência; enunciado de súmula de tribunal de justiça sobre direito local.....	657
II – Prescrição e decadência.....	659
567. Intimação da sentença <i>prima facie</i> .....	659
568. Recurso contra o julgamento <i>prima facie</i> .....	660
569. Preservação do contraditório e ampla defesa.....	660
570. Efeitos do despacho da petição inicial .....	661
§ 71. O pedido.....	664
571. Petição inicial.....	664
572. Pedido .....	664
573. Requisitos do pedido .....	664
574. Pedido em ação relacionada com contratos de empréstimos, financiamento ou alienação de bens.....	665
575. Pedido concludente.....	666
576. Pedido genérico.....	666
577. Pedido cominatório .....	667
578. Pedido alternativo .....	668
579. Pedidos subsidiários .....	668
580. Pedido de prestações periódicas .....	669
581. Pedido de prestação indivisível .....	670
582. Pedidos cumulados .....	670
583. Espécies de cumulação de pedidos .....	672
584. Interpretação do pedido.....	672
585. Pedidos implícitos.....	673
586. Aditamento e modificação do pedido .....	674
§ 72. A audiência de conciliação ou de mediação.....	676
587. Introdução.....	676
588. Audiência preliminar de conciliação ou de mediação .....	676
589. Prazo para a contestação .....	678
I – Com audiência .....	678
II – Sem audiência .....	678

<b>§ 73. A resposta do réu .....</b>	<b>680</b>
590. A defesa do réu .....	680
591. A resposta do réu .....	680
592. Espécies de defesa .....	681
593. Defesa processual.....	681
594. Defesa de mérito .....	682
595. Reconvenção.....	683
596. Síntese.....	683
<b>§ 74. Contestação.....</b>	<b>684</b>
597. Conceito .....	684
598. Conteúdo e forma da contestação .....	684
599. Ônus da defesa especificada .....	685
600. Preliminares da contestação .....	686
601. Conhecimento <i>ex officio</i> das preliminares.....	689
602. Alegação de ilegitimidade <i>ad causam</i> .....	689
603. Alegação de incompetência do juízo .....	690
I – Alegação por réu residente fora da comarca da causa .....	690
II – Réu citado por carta precatória .....	690
III – Réu citado por outro meio.....	690
IV – Prevenção da competência do juízo em que foi protocolada a contestação .....	690
V – Suspensão da audiência de conciliação ou de mediação designada pelo juiz da causa .....	691
604. Alegação de abusividade da cláusula de eleição de foro .....	691
605. Réplica ou impugnação do autor .....	691
<b>§ 75. Reconvenção .....</b>	<b>692</b>
606. Conceito .....	692
607. Contestação reconvencional: uma inovação do Código de Processo Civil.....	692
608. Pressupostos da reconvenção .....	694
I – Cabimento da reconvenção .....	694
II – Pressupostos específicos da resposta reconvencional.....	694
609. Reconvenção e compensação .....	696
610. Procedimento .....	697
611. Reconvenção sem contestação .....	699
612. Extinção do processo principal.....	699
<b>§ 76. Revelia e reconhecimento do pedido .....</b>	<b>700</b>
613. Revelia .....	700
614. Os efeitos da revelia .....	701
615. Alteração do pedido .....	703
616. Reconhecimento da procedência do pedido .....	704

## CAPÍTULO XXIV – FASE DE SANEAMENTO

<b>§ 77. Providências Preliminares.....</b>	<b>705</b>
617. Conceito .....	705
I – Em caso de revelia.....	705

618.	II – Em caso de contestação .....	705
619.	Réplica do autor .....	706
620.	Revelia e provas .....	706
621.	Intervenção do Ministério Público .....	707
622.	Ação declaratória incidental .....	707
	Outras providências preliminares.....	707
	<b>§ 78. Julgamento conforme o estado do processo.....</b>	<b>709</b>
623.	Conceito .....	709
624.	Extinção do processo.....	709
625.	Julgamento antecipado do mérito.....	710
626.	Julgamento antecipado parcial do mérito.....	711
627.	Liquidação e execução da decisão antecipada parcial.....	713
628.	Procedimento e recurso do julgamento parcial antecipado .....	714
	<b>§ 79. Saneamento e organização do processo .....</b>	<b>716</b>
629.	Decisão de saneamento .....	716
630.	Cabimento.....	717
631.	Conteúdo.....	717
	631.1. Delimitação consensual das questões de fato e de direito.....	719
	I – Questões de direito .....	719
	II – Questões de fato (prova).....	720
632.	Direito de esclarecimentos sobre a decisão de saneamento .....	720
633.	Formas da decisão de saneamento.....	722

#### CAPÍTULO XXV – INSTRUÇÃO E DEBATE DA CAUSA

	<b>§ 80. Audiência de instrução e julgamento.....</b>	<b>723</b>
634.	Audiência .....	723
635.	Características da audiência .....	723
636.	Atos preparatórios.....	725
637.	Adiamento da audiência .....	726
638.	Antecipação de audiência .....	727
639.	Conciliação .....	727
640.	Procedimento da conciliação .....	729
641.	Instrução e julgamento.....	729
642.	Documentação da audiência .....	730

#### CAPÍTULO XXVI – FASE PROBATÓRIA

	<b>§ 81. A prova .....</b>	<b>733</b>
643.	Conceito .....	733
644.	Direito fundamental à prova .....	734
645.	Características da prova .....	735
646.	Objeto da prova e fatos que dispensam prova.....	736
	I – Questões relevantes .....	738
	II – Questões precisas.....	739
647.	Finalidade e destinatário da prova.....	739

648.	Prova e verdade .....	740
649.	Valoração da prova.....	741
650.	Sistema legal da valorização da prova .....	742
651.	O sistema do Código .....	744
651-A.	Aquisição da prova pelo processo.....	746
652.	Poder de instrução do juiz .....	746
653.	Iniciativa probatória do juiz e democracia .....	750
654.	Garantismo processual e ativismo judicial .....	751
<b>§ 82. Ônus da prova .....</b>		<b>753</b>
655.	Ônus da prova .....	753
656.	Ônus da prova: natureza .....	754
657.	Os dois aspectos do ônus da prova .....	754
658.	Sistema legal do ônus da prova .....	756
659.	Conflito de versões sobre o fato constitutivo do direito do autor .....	757
660.	Iniciativa probatória do juiz e ônus legal da prova .....	757
661.	Distribuição estática do ônus da prova .....	758
662.	Distribuição dinâmica do ônus da prova.....	759
	I – Noções gerais.....	759
	II – A distribuição dinâmica do ônus da prova no CPC/2015 .....	761
	III – Requisitos.....	762
	IV – Aplicação a todos os processos de conhecimento .....	764
	V – Custeio das provas na inversão do respectivo ônus.....	764
663.	Justificativa da redistribuição dinâmica do ônus da prova.....	765
664.	O emprego da técnica da distribuição dinâmica não é discricionário.....	766
665.	Procedimento a observar para alterar o regime legal do ônus probatório .....	767
666.	Teoria do ônus dinâmico da prova e garantismo processual .....	768
667.	Ônus dinâmico da prova e contraditório.....	768
668.	A distribuição dinâmica do ônus da prova e as provas difíceis .....	769
669.	Ônus da prova nas ações do consumidor .....	770
670.	Convenção sobre ônus da prova .....	772
<b>§ 83. Meios de prova .....</b>		<b>774</b>
671.	Meios de prova .....	774
672.	Prova por presunção.....	774
673.	Presunção legal e ficção legal.....	776
674.	Regras de experiência comum e conhecimento privado do juiz .....	776
675.	Procedimento probatório.....	778
676.	Instrução por meio de carta.....	779
677.	Dever de colaboração com a Justiça .....	779
678.	Prova emprestada.....	780
679.	Boa-fé e prova .....	782
<b>§ 84. Da produção antecipada da prova.....</b>		<b>784</b>
680.	Noções introdutórias .....	784
681.	Antecipação de prova .....	784
682.	Cabimento.....	785

I – Fundado receio de impossibilidade ou dificuldade de verificação de certos fatos.....	785
II – Desnecessidade de vínculo com processo futuro.....	785
III – Casuísmo da antecipação de prova.....	786
IV – Legitimização .....	788
683. Oportunidade .....	788
684. Objeto da antecipação de prova .....	788
685. Competência.....	789
686. Procedimento .....	789
I – Justificação.....	790
II – Arrolamento de bens .....	790
687. Sentença .....	790
688. Valoração da prova antecipada .....	791
689. Eficácia .....	791
690. Medida <i>inaudita altera parte</i> .....	792
691. Despesas processuais .....	792
692. Destino dos autos .....	792

## CAPÍTULO XXVII – MEIOS LEGAIS DE PROVA

<b>§ 85. Ata notarial .....</b>	<b>794</b>
693. Conceito .....	794
694. Natureza da ata notarial .....	794
695. Necessidade de requerimento da parte interessada.....	795
696. Falsidade da ata .....	795
697. Exemplos de fatos registráveis em ata notarial.....	795
<b>§ 86. Depoimento pessoal .....</b>	<b>797</b>
698. Conceito .....	797
699. Sanção decorrente do ônus de prestar depoimento pessoal.....	797
700. Legitimização para o depoimento .....	798
701. Objeto do depoimento pessoal.....	798
702. Procedimento .....	799
<b>§ 87. Confissão.....</b>	<b>801</b>
703. Conceito .....	801
704. Requisitos da confissão .....	801
705. Classificações.....	802
706. Efeitos da confissão.....	802
707. Indivisibilidade da confissão .....	803
708. Valor da confissão extrajudicial .....	804
<b>§ 88. Exibição de documento ou coisa .....</b>	<b>805</b>
709. Conceito .....	805
710. Oportunidade da medida.....	805
711. Legitimização e interesse.....	805
712. Procedimento e efeitos da exibição requerida contra a parte .....	806
712.1. Exibição intentada contra cadastro de pontualidade.....	808
713. Procedimento e consequências da exibição requerida contra terceiro.....	808

<b>§ 89. Prova documental .....</b>	<b>813</b>
714. Conceito .....	813
715. Força probante dos documentos.....	813
716. Documentos públicos.....	814
717. Reprodução de documentos públicos .....	815
718. Documentos particulares.....	816
719. Valor probante do documento particular .....	817
720. Telegramas, cartas, registros domésticos .....	818
721. Livros empresariais .....	819
722. Documentos arquivados em meio eletromagnético.....	820
723. Reprodução de documentos particulares .....	821
724. Reproduções mecânicas de coisas ou fatos.....	822
I – Generalidades.....	822
II – Fotografias digitais e extraídas da rede mundial de computadores.....	822
III – Fotografias publicadas em jornal ou revista.....	822
IV – Impressão de mensagem eletrônica.....	822
V – Reprodução dos documentos particulares.....	822
VI – Cópia de documento particular .....	822
725. Documentos viciados em sua forma .....	823
726. Falsidade documental.....	823
727. Espécies de falsidade.....	824
728. Ônus da prova .....	825
729. A arguição de falsidade .....	826
730. Procedimento do incidente de falsidade.....	827
731. Facultatividade do incidente de falsidade.....	828
732. Produção da prova documental .....	828
733. Desentranhamento de documentos.....	830
<b>§ 90. Documentos eletrônicos .....</b>	<b>832</b>
734. Noção introdutória .....	832
735. Documento eletrônico.....	832
736. Regime legal.....	832
737. Documento eletrônico não certificado .....	833
<b>§ 91. Prova Testemunhal .....</b>	<b>835</b>
738. Conceito .....	835
739. Valor probante das testemunhas .....	835
740. Inadmissibilidade da prova testemunhal .....	836
741. Direitos e deveres da testemunha .....	837
I – Deveres .....	837
II – Incapacidade .....	838
III – Impedimentos .....	838
IV – Suspeições .....	839
V – Testemunhas informantes .....	839
VI – Deveres principais .....	839
VII – Direitos .....	840
VIII – Sistema de garantia de direitos da criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência.....	841

742.	A produção da prova testemunhal.....	841
	I – Requerimento .....	841
	II – Intimação.....	842
	III – Audiência .....	843
	IV – Ouvida fora de audiência.....	843
	V – Inquirição .....	844
	VI – Incidentes.....	845
<b>§ 92. Prova pericial.....</b>		<b>847</b>
743.	Conceito .....	847
744.	Admissibilidade da perícia .....	848
745.	O perito .....	849
	I – Escolha do perito pelo juiz .....	849
	II – Escolha do perito pelas partes .....	850
	III – Escolha do perito quando o objeto da prova for autenticidade ou falsidade de documento, de autenticidade da letra e da firma ou de natureza médico-legal.....	850
	IV – Participação dos assistentes técnicos na elaboração da perícia .....	851
	V – Substituição do perito ou de assistente.....	851
	VI – Suspeição e impedimento do perito.....	851
746.	O procedimento da prova pericial.....	852
	I – Generalidades.....	852
	II – Nomeação do perito e perícia consensual.....	853
	III – Coleta dos elementos necessários à perícia.....	853
	IV – O laudo pericial.....	853
	V – O parecer dos assistentes técnicos.....	854
	VI – Prazos .....	854
	VII – Quesitos suplementares .....	855
	VIII – Perícia a ser realizada fora da comarca .....	855
	IX – Esclarecimentos do perito.....	855
	X – Perícia extrajudicial.....	856
	XI – Prova técnica simplificada .....	856
747.	Valor probante da perícia.....	856
748.	Nova perícia.....	857
<b>§ 93. Inspeção Judicial.....</b>		<b>859</b>
749.	Conceito .....	859
750.	Procedimento .....	859

#### CAPÍTULO XXVIII – FASE DECISÓRIA

<b>§ 94. Noções introdutórias .....</b>		<b>861</b>
751.	Conceito de processo.....	861
752.	Conteúdo e finalidade do processo .....	861
752-A.	Vedações ao <i>non liquet</i> .....	862
<b>§ 95. Sentença (I) .....</b>		<b>865</b>
753.	Definição legal e classificação doutrinária .....	865
754.	Sentença terminativa: extinção do processo sem julgamento do mérito .....	866

754.1. Indeferimento da inicial.....	867
754.2. Abandono da causa.....	867
754.3. Ausência de pressupostos processuais .....	868
754.4. Perempção .....	869
754.5. Litispêndênci a e coisa julgada.....	869
754.6. Condições da ação .....	870
754.7. Perda do objeto .....	871
754.8. Convenção de arbitragem.....	872
754.9. Desistência da ação.....	873
754.10. Intransmissibilidade da ação .....	874
754.11. Confusão entre autor e réu .....	874
755. Efeito da extinção do processo sem julgamento do mérito.....	874
756. Iniciativa da extinção do processo.....	875
757. Saneamento do processo, quando o defeito for suprível.....	875
758. Juízo de retratação.....	876
<b>§ 96. Sentença (II).....</b>	<b>877</b>
759. Extinção do processo com resolução de mérito.....	877
759.1. Acolhimento ou rejeição do pedido .....	878
759.2. Prescrição e decadênci a .....	879
I – Conceito e distinção .....	879
II – Prescrição intercorrente .....	880
759.3. A prescrição e os diversos tipos de ação .....	880
759.4. Reconhecimento da procedência do pedido pelo réu.....	882
759.5. Transação .....	883
759.6. Retratação e rescisão de transação .....	883
759.7. Renúncia à pretensão .....	884
760. Natureza da sentença definitiva .....	885
761. Função da sentença definitiva .....	887
762. Preferência da sentença definitiva sobre a terminativa (primazia do julgamento de mérito) .....	888
763. Função da sentença terminativa .....	888
<b>§ 97. Estrutura e Formalidades da Sentença.....</b>	<b>890</b>
764. Conteúdo da sentença .....	890
765. Relatório .....	890
766. Motivação.....	891
767. Dispositivo da sentença.....	897
768. Condições formais da sentença.....	897
769. Clareza .....	897
770. Precisão .....	897
771. A precisão da sentença no caso de obrigação de pagar quantia certa.....	898
772. Sentença condenatória ilíquida.....	899
773. A precisão da sentença que tenha por objeto obrigação de fazer ou não fazer .....	900
774. Extensão das regras de tutela às obrigações de fazer e não fazer aos deveres de natureza não obrigacional.....	902
775. Regras especiais de tutela às obrigações de entrega de coisa.....	903

776.	Regra especial de tutela específica às obrigações de declaração de vontade (modalidade de obrigação de fazer) .....	904
777.	Regras especiais de tutela das obrigações de quantia certa .....	905
	I – Particularidades da condenação e cumprimento das obrigações por quantia certa....	905
	II – Hipoteca Judiciária.....	905
<b>§ 98. Publicação, Interpretação e Correção da Sentença.....</b>		<b>906</b>
778.	Publicação e intimação da sentença .....	906
779.	Efeitos da publicação .....	907
780.	Correção e integração da sentença .....	907
781.	Princípio da demanda e princípio da congruência .....	908
782.	Nulidade da sentença <i>ultra petita, citra petita e extra petita</i> .....	909
783.	Interpretação da sentença .....	911
<b>§ 99. Classificação das Sentenças .....</b>		<b>915</b>
784.	Classificações.....	915
785.	Sentenças declaratórias.....	916
786.	Sentenças condenatórias .....	917
787.	Sentença constitutiva.....	919
788.	Momento de eficácia da sentença .....	919
789.	Multiplicidade de efeitos da sentença.....	920
<b>§ 100. Efeitos da Sentença .....</b>		<b>921</b>
790.	Conceito .....	921
791.	Entrega da prestação jurisdicional.....	921
792.	Classificação das sentenças quanto aos efeitos.....	922
793.	Hipoteca judiciária.....	923
794.	Outros efeitos secundários da sentença .....	924
795.	Duplo grau de jurisdição (remessa <i>ex officio</i> ou reexame necessário).....	925
	795.1. Julgamento da remessa necessária.....	927
	795.2. Exclusões da remessa necessária.....	927
<b>§ 101. Coisa Julgada .....</b>		<b>929</b>
796.	A conceituação de coisa julgada no Código atual .....	929
797.	Sentença, efeitos e coisa julgada .....	930
798.	Coisa julgada administrativa .....	932
799.	Coisa julgada total e parcial.....	933
	799.1. A possibilidade de suscitação de questões de ordem pública no julgamento do recurso seria obstáculo à formação de coisa julgada parcial?.....	935
800.	Coisa julgada formal e material .....	937
801.	Terminologia do julgamento de mérito .....	940
802.	Fundamento da autoridade da coisa julgada.....	940
803.	Arguição da coisa julgada .....	941
804.	Dimensões possíveis da exceção de coisa julgada .....	942
805.	Efeitos positivos e negativos da coisa julgada .....	942
806.	Preclusão .....	943
<b>§ 102. Limites da Coisa Julgada .....</b>		<b>947</b>
807.	Limites objetivos .....	947

808.	Motivos da sentença .....	949
808.1.	Motivo e <i>ratio decidendi</i> .....	950
808.2.	Revisão do mito de que só o dispositivo da sentença passa em julgado .....	952
808.3.	Tendência do direito comparado e a posição do atual CPC .....	954
808.4.	Processo civil espanhol .....	955
808.5.	Processo civil da Federação Russa .....	955
808.6.	Processo civil português .....	956
808.7.	Processo civil italiano.....	956
808.8.	Síntese.....	958
809.	Verdade dos fatos .....	959
810.	Questões prejudiciais.....	960
811.	Questões implicitamente resolvidas .....	963
812.	A eficácia preclusiva da coisa julgada.....	964
812.1.	Reflexos diferentes da eficácia preclusiva em face do autor e do réu.....	966
813.	Limites subjetivos.....	967
814.	Expansão dos limites subjetivos para além das partes do processo .....	969
815.	Limites subjetivos da coisa julgada e obrigações solidárias.....	970
	I – Credores solidários .....	970
	II – Devedores solidários .....	971
816.	Coisa julgada nas ações coletivas.....	971
817.	Relações jurídicas de trato continuado e outros casos de rejulgamentos.....	974
818.	Limites temporais da coisa julgada .....	975
819.	Extensão da coisa julgada ao terceiro adquirente do bem litigioso.....	976
820.	Execução forçada e coisa julgada .....	978

## CAPÍTULO XXIX – TÍTULO JUDICIAL ILÍQUIDO

§ 103. Liquidação da Sentença Condenatória Genérica.....	980	
821.	Sentença ilíquida .....	980
822.	Execução da sentença ilíquida.....	980
823.	Liquidação de sentença declaratória e de outros títulos judiciais.....	981
824.	Casos de iliquidez da sentença .....	982
825.	Natureza jurídica da liquidação da sentença .....	982
826.	A liquidação e os honorários advocatícios .....	983
827.	Limites da liquidação.....	985
828.	Contraditório.....	986
829.	Liquidez parcial da sentença.....	986
830.	Liquidação por iniciativa do vencido .....	987
831.	Recursos .....	987
832.	Liquidação frustrada.....	989
§ 104. Procedimentos da Liquidação .....	990	
833.	Procedimentos possíveis .....	990
834.	Liquidação por cálculo .....	990
835.	Cálculo com base em dados ainda não juntados aos autos .....	991
836.	Memória de cálculo a cargo da parte beneficiária da assistência judiciária.....	991
837.	Liquidação por arbitramento .....	992

838.	Liquidão pelo procedimento comum .....	993
839.	A indisponibilidade do rito da liquidão .....	994
840.	Rescisão da decisão liquidatória .....	995

### Capítulo XXX – CUMPRIMENTO DA SENTENÇA

<b>§ 105. Disposições gerais.....</b>	<b>1000</b>
841. Introdução.....	1000
842. Custas e encargos do cumprimento de sentença .....	1001
843. Regras gerais disciplinadoras do cumprimento das sentenças .....	1001
I – Generalidades .....	1001
II – Atos executivos .....	1001
III – Certeza, liquidez e exigibilidade da obrigação.....	1002
IV – Iniciativa do credor.....	1002
V – Intimação do devedor .....	1002
VI – Títulos executivos judiciais.....	1002
VII – Competência para o cumprimento da sentença.....	1003
VIII – Impugnação ao procedimento .....	1003
IX – Cumprimento provisório .....	1003
X – Cumprimento definitivo .....	1003
XI – Tutela provisória.....	1003
XII – Observação .....	1003
<b>Bibliografia.....</b>	<b>1005</b>
<b>Índice dos Fluxogramas.....</b>	<b>1047</b>